



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Conselho Superior

ATA Nº 3/2020/CONSUP/IFTO, DE 15 DE MAIO DE 2020

1 Ata da segunda reunião ordinária de dois mil e vinte do Conselho Superior do
2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. No dia
3 quinze de maio de dois mil e vinte, às nove horas, por videoconferência, reuniu-se,
4 sob a presidência do magnífico reitor Antonio da Luz Júnior, o Conselho Superior do
5 IFTO, composto pelo reitor, como presidente; pela representação de um terço do
6 número de *campi* destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois e o
7 máximo de cinco representantes, e igual número de suplentes; pela representação
8 de um terço do número de *campi* destinada ao corpo discente, e igual número de
9 suplentes; representação de um terço do número de *campi* destinada aos servidores
10 técnico-administrativos, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco
11 representantes e igual número de suplentes; por dois representantes dos egressos e
12 igual número de suplentes; por seis representantes da sociedade civil e igual
13 número de suplentes; por dois representantes do setor público e/ou empresas
14 estatais designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; um
15 representante e um suplente do Ministério da Educação, designados pela Secretaria
16 de Educação Profissional e Tecnológica; representação de um terço dos diretores-
17 gerais dos *campi*, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de
18 suplentes. Foi registrada a presença dos representantes do Colégio de Dirigentes
19 Nayara Dias Pajeú Nascimento, primeira titular, Cristiano Fernandes Mateus,
20 segundo titular; Pietro Lopes Rêgo, terceiro titular; Mírian Peixoto Soares da Silva,
21 quarta titular; dos representantes dos servidores docentes Klaus Rene Trein Laino,
22 primeiro titular; Stânio de Sousa Vieira, terceiro titular, Thiago de Loiola Araújo e
23 Silva, quarto titular; Delfim Dias Bonfim, primeiro suplente; Paulo Tizoni Parana,
24 terceiro suplente; dos representantes dos servidores técnico-administrativos
25 Francisco de Assis Feitosa Amaral, primeiro titular; Fabrício Barbosa da Costa,
26 segundo titular, Benemara Pereira da Silva Peluzio, terceira titular; Lucas Ramos
27 Vieira, quarto titular; Josuan de Carvalho da Cunha, segundo suplente; dos
28 representantes dos discentes Josevan Barbosa de Souza, primeiro titular; Luis Felipe
29 Cruz Leite, segundo titular, Jefferson Soares de Sousa, terceiro titular; Erika Rebeca
30 Pereira Oliveira; primeira suplente; dos representantes dos egressos Miquéias Alves
31 da Rocha César, primeiro titular; Boanergis Alves Ferreira Filho, segundo titular; do
32 representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Tocantins –
33 SINTRAS, Emmanuel da Silva Bronze; do representante do Sindicato das Indústrias de
34 Construção Civil do Estado do Tocantins – SINDUSCON-TO, Clerson Dalvani Reis,
35 titular; Cleber Decarli de Assis, suplente; da representante da Federação dos
36 Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins –
37 FETAET, Ruth Caetano Cardoso; da representante da Secretaria do Conselho
38 Superior, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa. Inicialmente o presidente fez alguns

39 esclarecimentos relacionados aos problemas técnicos (dificuldade de transmissão
40 simultânea da imagem da sala do RPN e canal YouTube do IFTO), justificando o
41 atraso significativo para iniciar a reunião, que começou por volta das 10 horas.
42 Informou o atendimento do pedido do conselheiro Luis Felipe, que solicitou a
43 participação com direito a fala do presidente do Diretório Central dos Estudantes, o
44 estudante Caio Lucas. O presidente agradeceu a presença de todos, conferiu o
45 quórum e declarou aberta a sessão. Reforçou que, apesar de convocados alguns
46 suplentes pela não manifestação dos titulares em tempo, mas "presentes" na sala de
47 reunião, a predileção ao voto permaneceria ao titulares. Caso específico das
48 representações discentes, (Cleiber e Erika), e egressos (Boanergis e Estéfhone).
49 Informou que nas demais categorias havia suplentes presentes, assim como todos os
50 titulares, e com a entrada e saída dos conselheiros da sala ao longo da reunião,
51 antes de toda votação seria verificado o quórum, para identificação dos conselheiros
52 com direito ao voto no momento. Lembrou que a gravação da reunião
53 disponibilizada posteriormente seria apenas a da imagem da sala da Reitoria devido
54 a impossibilidade da transmissão da imagem da sala do RNP. Solicitou que as
55 solicitações de fala fossem através de manifestações no chat, e que os participantes
56 evitassem interromper os colegas para não atrapalhar o fluxo da reunião. Iniciou-se
57 a gravação da sala RNP. Antonio lembrou que, devido a tecnologia, a reunião contava
58 com a participação dos titulares e suplentes sem custo adicional. Frisou a
59 participação da equipe de comunicação, dos diretores Stefan e Madson na sala, para
60 auxílio às deliberações de assuntos pertinentes a suas áreas. Através do chat, o
61 conselheiro Paulo Tizzoni solicitou a confirmação do seu status na reunião. Antonio
62 informou que seu status era de suplente, devido a presença dos quatro titulares.
63 Antonio informou que as deliberações seriam feitas via chat, os conselheiros
64 deveriam colocar nome e voto (sim ou não). Iniciou os informes gerais lembrando
65 o enfrentamento da Pandemia devido ao corona vírus e as dificuldades que a
66 Instituição estaria passando diante do momento, além das medidas tomadas como a
67 suspensão das atividades presenciais recomendadas pelo Ministério da Saúde e
68 também pelo Comitê de Risco criado no IFTO para acompanhar as ações definidas e
69 o futuro da Instituição. Frisou que na pauta constava um ponto que tratava
70 especificamente disso, suspensão do calendário acadêmico, e citou que naquela
71 semana o Comitê de Risco havia se reunido e que foi consenso que a Instituição
72 ainda não tinha condições de retorno às atividades (administrativas e
73 acadêmicas) presenciais com segurança, prorrogando a suspensão das atividades até
74 30 de junho de 2020. Afirmou que neste meio tempo o Comitê continuará se
75 reunindo e avaliando e identificando alternativas para a Instituição, entre elas a
76 constituição de um grupo de trabalho que elaborará um plano de contingência que
77 deve ser adotado pelo IFTO, quando identificado o momento de retorno às
78 atividades presenciais, pois mesmo quando possível o retorno das atividades
79 presenciais já há expectativa quanto à preocupação com a segurança e minimização
80 das possibilidades de um retorno à Pandemia. Afirmou que várias ações precisarão
81 ser adotadas para que minimizemos este risco e que o Comitê, através de seus
82 profissionais da área técnica, está iniciando a elaboração desses planos de
83 contingência. Quanto ao orçamento institucional, Antonio lembrou que em dois mil
84 e vinte foram liberados sessenta por cento do orçamento referente ao ano de dois
85 mil e dezenove, o que traz uma série de complicações administrativas. Informou a
86 pendência de uma aprovação adicional no Congresso Nacional para repasse dos
87 outros quarenta por cento do orçamento. Informou o trâmite de um projeto que
88 versa sobre a autorização de trezentos e quarenta e três bilhões de reais para

89 ampliação do orçamento 2020 pelo governo, valor em que se encontram inclusos os
90 quarenta por cento (40%) adicionais do IFTO. Disse acreditar em um cenário mais
91 favorável do ponto de vista orçamentário com esta liberação, contudo, mesmo com
92 a não liberação deste orçamento, Antonio informou que, devido aos ajustes nas
93 despesas institucionais em dois mil e dezenove, haverá condições de manter o
94 funcionamento institucional (níveis básicos de atendimento à comunidade). Para
95 ações, além das básicas, informou que é necessária a liberação do orçamento
96 adicional. Informou a decisão do Colégio de Dirigentes – CODIR relacionada à
97 questão orçamentária, especificamente à rubrica de pessoal, que é a suspensão de
98 contratação de professores substitutos no IFTO. Antonio informou que houve uma
99 confusão no momento da construção da proposta de orçamento, trâmite entre
100 Ministério da Educação – MEC, Ministério da Economia e Congresso Nacional e que
101 foram suprimidos R\$ 2.700.000.000,00 do orçamento de pessoal do Ministério da
102 Educação. Após aprovação da Lei Orçamentária de dois mil e vinte, identificou-se
103 essa supressão, o que gerou um problema imenso para todas as Instituições
104 vinculadas ao MEC, devido ao quadro de pessoal existente e uma série de despesas
105 já assumidas, mas o gestor não pode assumir compromisso com despesas sem
106 que tenha previamente orçamento autorizado para cobrir os custos destas. Explicou
107 que no momento a Instituição estava tendo despesas com pessoal, previstas para
108 dois mil e vinte, e disse não haver orçamento aprovado suficiente para honrá-las.
109 Tratando-se da folha de pessoal como um todo, há um montante superior a onze
110 milhões de reais de déficit. Afirmou que a situação não é fruto de má administração
111 da gestão atual ou qualquer outra que tenha conduzido a administração do IFTO,
112 mas sim consequência da confusão na construção do orçamento 2020. Disse
113 acreditar em uma solução pelo governo para remediar a situação, especificamente
114 em relação aos servidores efetivos já contratados. Antonio dividiu uma preocupação
115 com os participantes, informando que em fevereiro de 2020 o MEC formalizou a
116 todos os reitores que eles não deveriam autorizar nenhuma despesa com pessoal
117 para qual não tivesse orçamento previamente autorizado. Antonio explicou que já
118 existe um déficit de onze milhões para honrar a folha de pessoal já existente no IFTO
119 e não há autorização para abrir despesas além do orçamento aprovado, o que
120 significa que a Instituição não tem condição de autorizar nenhuma outra despesa de
121 pessoal. Informou que a responsabilidade de honrar as despesas já existentes é do
122 governo federal, mas que qualquer outra despesa criada neste íterim é
123 responsabilidade dos gestores locais que autorizarem a despesa sem saldo
124 orçamentário. Antonio disse que em fevereiro, quando foram comunicados
125 da situação, havia perspectiva de que ao longo do ano isso desenrolasse, contudo,
126 com o surgimento da Pandemia e complicação de todos os fatores econômicos
127 e políticos vivenciados no país, há a dúvida se tudo isso será solucionado até o final
128 do ano. Disse que, devido a esta situação, o IFTO tem algumas vagas de servidores
129 efetivos a serem providas, além da suspensão de contratos ou novas contratações de
130 servidores substitutos. Antonio informou que alternativas estavam sendo discutidas
131 pelo CODIR, para minimizar o impacto na comunidade e que em breve teríamos
132 novos encaminhamentos. Solicitou a compreensão e apoio dos conselheiros e
133 comunidade agora cientes da situação. O conselheiro Klaus fez a leitura da carta
134 aberta de 15 de maio de 2020, dos professores contratados substitutos do IFTO que
135 estão sendo impactados pela Circular nº 1, que impede a renovação de seus
136 contratos. Klaus solicitou que a questão apresentada componha ponto de pauta a
137 ser debatido no âmbito do Conselho ainda na reunião, visto que considera a
138 temática abrangente, com vários pontos fundamentais a serem tratados pelos

139 representantes dos segmentos e comunidade externa junto ao Consup. Em seguida
140 o conselheiro Stânio se pronunciou quanto a abordagem do conselheiro Klaus, e
141 disse achar pertinente, pela importância do conteúdo exposto, que o Conselho
142 possa inserir na reunião ordinária o assunto, compreendendo que é uma
143 demanda extremamente importante, que envolve não só números, e questão
144 orçamentária, mas também questões humanas e de ensino e aprendizagem, com
145 perspectiva de sobrevivência. Disse que professores substitutos, mestrandos e
146 doutorandos estão ansiosos, aguardando um posicionamento plausível por parte
147 sobretudo dos conselheiros do Consup, instância máxima deliberativa
148 da Instituição. Justificando o grau de importância da pauta levantada, Stânio
149 solicitou respeitosamente que o presidente Antonio inserisse-a na pauta da 2ª
150 reunião ordinária em andamento, para que a comunidade também possa interagir.
151 Antonio não se opôs à inserção do ponto de pauta para discussão, mas lembrou que
152 é preciso clareza para os limites das competências entre o Conselho, CODIR,
153 gestores de unidades e reitor. Explicou que, apesar do Conselho ser a instância
154 máxima deliberativa institucional, não compete a ele toda e qualquer decisão.
155 Instruiu que, tratando-se de matéria pessoal e de ordenamento de despesas, como
156 no caso em discussão, a competência de determinar ou não a autorização
157 das despesas é dos gestores ordenadores de despesas, neste caso reitor e/ou
158 diretores das unidades. Quanto aos impactos na comunidade, Antonio reiterou a
159 preocupação e o acompanhamento desses impactos em relação aos colegas que
160 naquela data estavam afastados para capacitação; afirmou que o retorno dos
161 colegas não estava na pauta, mas citou a discricionariedade dos gestores de se
162 posicionarem quanto ao afastamento dos colegas apenas no primeiro momento, ou
163 seja, na solicitação do afastamento, deferindo ou não o pedido. Após esse trâmite é
164 entendimento jurídico de que é direito do servidor se manter ou não afastado, por
165 isso, esse tipo de situação não estava em discussão na Instituição naquele momento,
166 afirmou Antonio. Explicou que o documento não determinou a demissão ou
167 encerramento de nenhum contrato de substituto imediatamente, apenas foi dado
168 ciência aos servidores, uma vez que esses contratos possuem prazos de vencimento,
169 e que há a expectativa do vencimento no findar do prazo. Antonio disse que a
170 expectativa, no ínterim entre a publicação do documento e o encerramento desses
171 contratos, é que haja alternativas administrativas para prorrogação ou adesão de
172 novos contratos. Antonio citou a possibilidade levantada pelo CODIR da utilização do
173 recurso de custeio institucional para suprir parcialmente a despesa com professores
174 substitutos, mas explicou mais uma vez o gargalo atual - pendência da aprovação
175 adicional no Congresso dos 40% do orçamento que limita o uso do recurso de
176 custeio. Antonio disse que é importante analisar os impactos deste tipo de ação,
177 como avaliar as ações de custeio que deixarão de ser feitas, para que estava
178 destinado o orçamento e etc. Quanto a proposição dos conselheiros Klaus e Stânio,
179 Antonio disse que a reflexão do Conselho quanto ao assunto é muito válida, mas não
180 naquele momento, visto que não havia alternativas institucionais senão a posição
181 pela não renovação e suspensão dos contratos. Klaus fez a leitura do Ofício nº
182 63/2020, de 14 de maio de 2020, assinado por vários professores afastados e
183 encaminhado ao reitor e diretores dos *campi* Palmas, Gurupi, Araguaína, Paraíso do
184 Tocantins e Porto Nacional. Disse que as observações do presidente são pertinentes,
185 no entanto, alguns pontos ainda estavam nublados, carecidos de esclarecimentos.
186 Disse que a análise do Conselho deveria ser no mínimo de uma nota técnica e mais
187 do que isso levando em consideração as experiências correlacionadas, comparadas
188 às dos outros Institutos Federais. Diante do cenário atual, Klaus afirmou ser

189 fundamental a discussão sobre a questão. Afirmou que naquela data professores
190 substitutos seriam dispensados e contratos não renovados, e, se os efeitos da
191 circular permanecesse em vigência, danos irreparáveis ocorreriam. Klaus divergiu de
192 um dos ponto colocado pelo presidente, apesar de se solidarizar com todas as
193 colocações sobre as incertezas e insegurança desta problemática para o gestor, e
194 afirmou que é possível o Conselho deliberar sobre esta questão, visto que não existe
195 uma elucidação clara de que a não suspensão dos contratos causa responsabilidade
196 ao gestor, visto que é prática contumaz das gestões superiores, MEC, em conjunto
197 com o Ministério da Economia, fazer a suplementação orçamentária no final do ano
198 como nos anos anteriores. Afirmou que a manutenção da suspensão trará danos
199 irreversíveis, propondo que o Conselho pautasse a temática, discutisse e buscasse os
200 esclarecimentos necessários para uma tomada de decisão mais coerente com a
201 realidade nacional, no mínimo a suspensão dos efeitos até uma deliberação madura.
202 Klaus citou um questionamento feito à Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP do
203 IFTO, solicitando uma nota técnica a respeito da circular, mencionou o despacho em
204 resposta pela diretora Juliana Queiroz que explicava que a decisão foi tomada no
205 âmbito do CODIR, que orientou o reitor na tomada de decisão. No entanto, Klaus
206 afirmou que os diretores dos *campi*, professores afastados, servidores substitutos,
207 estudantes, enfim, todos estão inseguros e que a DGP não tem condições, visto que
208 ela também está insegura de emitir qualquer posicionamento sobre esta temática.
209 Klaus disse que, diante de uma situação ampla e total de insegurança, não seria
210 possível uma tomada de decisão naquele momento, propondo mais uma vez a pauta
211 da temática, com encaminhamento para suspensão dos efeitos desta medida até a
212 próxima reunião do Conselho, solicitando a marcação desta para o mais breve
213 possível, permitindo aos conselheiros se debruçarem sobre a temática e portanto
214 emitirem votos razoáveis e sensatos, visto que serão muitas vidas impactadas pelas
215 consequências da medida. Antonio disse haver equívocos na ponderação do
216 conselheiro Klaus, e solicitou aos conselheiros que formalizassem o pedido da
217 discussão. Para que não restassem dúvidas quanto às competências do
218 Conselho para deliberação sobre a matéria, Antonio se prontificou ao receber a
219 formalização da solicitação dos conselheiros encaminhá-la à Procuradoria Federal
220 junto ao IFTO requerendo parecer jurídico com a indicação ou não para deliberação
221 pelo Conselho, para ser pautado na próxima reunião. Antonio antecipou a
222 informação dizendo que não é competência do Consup a deliberação sobre a
223 matéria. Quanto à informação de que historicamente o MEC sempre fez
224 suplementação, Antonio falou que, apesar de verdadeira a afirmação, para o ano de
225 dois mil e vinte houve uma postura diferente, assim como em dois mil e dezenove
226 vivenciou-se contingenciamento de recursos orçamentários, coisa que nunca havia
227 acontecido, em 2020 o orçamento foi dividido em duas partes (60% e 40%), a
228 segunda pendente de autorização adicional do Congresso, postura nunca antes
229 vivenciada na gestão pública. Antonio informou que já havia sido formalizado pelo
230 Ministério a impossibilidade da adoção dos atos de contratação, outra decisão
231 também não vivenciada anteriormente, e que a gestão apenas tem reagido às
232 condições impostas, visto que existe uma legislação a ser seguida, a gestão não pode
233 praticar atos contrários a essa legislação, autorizando contratações na expectativa de
234 que no final do ano o governo complemente o orçamento, pois caso contrário a
235 responsabilidade é do gestor, afinal servidores ficarão sem salários e não só
236 substitutos, mas efetivos também. O presidente convidou o conselheiro Klaus,
237 como representante sindical, a encampar a causa junto à Instituição, questionou
238 quais as ações concretas feitas pelo Sindicato desde fevereiro de 2020 quando do

239 primeiro indício da situação. Lembrou as limitações dos gestores quanto à situação,
240 diferente da liberdade maior de atuação do Sindicato. Antonio afirmou que juntos é
241 possível avançar desde que demonstrando a importância da necessidade da
242 suplementação e da manutenção dos contratos, minimizando assim os impactos,
243 mas para isso é preciso focar as ações onde realmente são necessárias, e não
244 em discussão interna que não derrubará a medida. Reiterou que a alternativa
245 vislumbrada naquele momento seria a utilização de parte do orçamento de custeio,
246 mas que havia discordâncias sobre a alternativa no Colégio de Dirigentes. Finalizou
247 sua fala quanto ao assunto reiterando a solicitação da formalização da pauta pelos
248 conselheiros para encaminhamento à Procuradoria e, se competência do Conselho,
249 agendamento de reunião extraordinária para maior celeridade na deliberação. Klaus
250 paralelamente à proposta de Antonio fez encaminhamento de proposta para
251 votação, antes citou os artigos 1º e 4º (inciso XIII) do Regulamento Interno do
252 Conselho, alegando que o inciso supracitado amplia de forma enfática a
253 competência do Conselho em deliberar sobre questões submetidas à sua
254 apreciação. Afirmou que o Conselho Superior é o órgão deliberativo máximo com
255 competência para deliberar sobre todo e qualquer assunto para discussão em
256 seu âmbito, bastando ser pautado. Disse novamente se solidarizar com o professor
257 Antonio quanto as inseguranças e com os gestores a respeito da temática, no
258 entanto, sublinhou que se tratava do arrimo de famílias, e que naquele momento
259 não havia subsídio a ninguém para tomada de decisão desta natureza, justificando o
260 encaminhamento pela suspensão temporária da questão. Quanto ao SINASEFE,
261 klaus justificou que em âmbito nacional o Sindicato tem feito um trabalho diário
262 junto ao Congresso Nacional em busca da defesa da educação pública no país,
263 principalmente nos IFs, especialmente pela questão dos orçamentos, e que na base
264 estava sendo dada a repercussão da temática. Finalizou dizendo que o Conselho é
265 gestor e responde pelos seus atos e, indagando a postura de outros IFs que não
266 tomaram a mesma decisão, não seria a decisão de suspensão no âmbito do IFTO
267 precipitada? Sustentou a afirmativa de que existia fundamentos jurídicos para
268 instalação da pauta solicitada na reunião, naquele dia, sugerindo apenas a
269 suspensão dos efeitos, e para a próxima reunião a análise do parecer da
270 Procuradoria e, mais do que isso, o colecionamento das decisões de outros Institutos
271 para análise comparada e divisão da responsabilidade da tomada de decisão do
272 Conselho com a gestão. A conselheira Benemara questionou o porquê dos
273 afastamentos não terem sido congelados desde fevereiro de dois mil e vinte, já que
274 os indícios de que a situação se prorrogaria já haviam sido levantados naquela
275 época. Sugeriu que a análise da contratação de uma enfermeira no pós-pandemia
276 para o *Campus* Palmas fosse feita desde já. A conselheira Ruth disse que o momento
277 vivenciado é extremamente difícil, é estado de emergência e força maior pela Covid-
278 19, que a base chama-se diálogo e negociação e, quando se envolvem vidas, é
279 necessário prudência, e quando envolve orçamento e sobrevivência ainda
280 mais. Sugeriu o retorno do ponto exclusivo independente de deliberação devido às
281 situações atípicas vivenciadas para discussão no âmbito do Conselho, que trata de
282 vidas, e estrutura de educação. Klaus solicitou uma votação contemplando a
283 proposta do presidente e a sua - reunião extraordinária do Conselho para tão logo
284 seja possível tratar da temática, pautando a circular; no entanto, disse que era
285 fundamental pautar na reunião a suspensão dos efeitos da circular. Antonio reiterou
286 que a proposta do conselheiro Klaus trazia para o Conselho exatamente a
287 competência que seria analisada pelo parecer jurídico, e novamente informou que
288 na reunião do CODIR do dia anterior, haviam sido levantados os possíveis contratos

289 que seriam encerrados e repassadas orientações aos gestores que tomassem as
290 providências cabíveis, evitando assim impactos na comunidade neste íterim.
291 Encerrada a discussão, a proposta de sufrágio do conselheiro Klaus foi submetida à
292 votação, tendo sido reprovada por onze votos contra, nove a favor e uma abstenção.
293 Manteve-se a proposta do presidente do Conselho (consulta à Procuradoria e
294 reunião extraordinária para discussão do ponto pautado). O conselheiro Josuan
295 pediu que fosse mantida a abstenção de seu voto, e justificou que o
296 encaminhamento dado foi o mais razoável. Na sequência, procedeu-se à deliberação
297 do **ponto três**, a saber: deliberação acerca de caso omissis da Instrução Normativa nº
298 5/2019/REI/IFTO, de 12 de novembro de 2019, conforme autos do processo
299 registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23236.030124/2019-70. A
300 diretora de Gestão de Pessoas do IFTO, Juliana Queiroz, iniciou a apresentação do
301 ponto de pauta explicando que se referia a um processo de pagamento de
302 gratificação por encargo de curso ou concurso de comissão responsável pela análise
303 de memorial para promoção de professor titular. Esclareceu que a Instrução
304 Normativa – IN anterior de GECC de 2014 era omissa em relação ao pagamento de
305 GECC para os profissionais que faziam análise do memorial. Informou que, em
306 novembro de 2019, quando o Consup aprovou a reformulação da IN de GECC, houve
307 o saneamento da omissão. Desta forma, o regulamento atual já faz a menção e a
308 análise de memorial descritivo para promoção de professor titular, contudo, há
309 alguns casos (processos) que são anteriores à IN atual, e por isso não podem ser
310 analisadas sob a égide da IN de GECC, e a anterior por sua vez era omissa. Sendo
311 assim, a DGP solicitou ao Consup que se faça a edição de uma Resolução
312 autorizando a concessão do pagamento de GECC para os servidores que fizeram
313 análise dos processos e que o mesmo entendimento possa ser aplicado em casos
314 semelhantes. Juliana informou que o caso epigrafado trata-se de um pagamento
315 específico, mas que havia outros processos da mesma natureza, sendo assim, a
316 Resolução deveria contemplar casos semelhantes, ocorridos antes da IN nº
317 5/CONSUP/IFTO, de novembro de 2019, e que não podem ser contemplados com a
318 instrução anterior por ser omissa a esta pauta. Após apresentação,
319 o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
320 sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto quatro**, a saber: deliberação acerca
321 do Relatório Final da Experiência-Piloto que autorizou o Trabalho Remoto no âmbito
322 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme autos
323 do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o
324 nº 23235.009666/2020-27. A diretora de Gestão de Pessoas Juliana Queiroz lembrou
325 que, na última reunião do Conselho, deliberou-se o regulamento que trata da
326 política nacional de desenvolvimento de gestão de pessoas, e informou que naquela
327 ocasião houve alguns questionamentos de conselheiros sobre a possibilidade de
328 servidor afastado para mestrado ou doutorado poder alterar o curso depois do
329 afastamento deferido. Conforme consulta à Procuradoria, o conteúdo do parecer
330 assina pela possibilidade de concessão dessa mudança de curso, desde que sejam
331 atendidas algumas condicionalidades como não ter havido reprovação ou abandono
332 no curso anterior e não ter excedido o período total previsto na legislação. Juliana
333 disse que a comissão se reuniria para converter o parecer em uma proposta de
334 artigos para apresentação de proposta na próxima reunião do Conselho, com o
335 intuito de incluir a revisão do regulamento. O conselheiro Klaus agradeceu a
336 diligência que foi dada ao encaminhamento referente a devolutiva da diretora
337 Juliana feito por ele na reunião anterior. Quanto ao Relatório Final da Experiência-
338 Piloto, Juliana lembrou que a experiência-piloto teve início no IFTO em 2 de julho

339 de 2017, e o período avaliativo da experiência findou no dia 31 de dezembro de
340 2019. Informou que, durante esse período de dois anos e meio, a Comissão
341 organizou todo o apanhado da experiência, além da realização de pesquisa de
342 avaliação institucional, dirigida a todos os servidores, disponibilizada durante todo o
343 mês de fevereiro no e-mail institucional. Explicou que, em posse desses documentos
344 e dados, a Comissão elaborou o relatório encaminhado ao Conselho para
345 deliberação naquela data. Informou que o relatório foi dividido em nove tópicos,
346 além dos documentos pertinentes a experiência do projeto piloto e o resultado
347 da pesquisa e considerações finais que também compõem o relatório. Quanto às
348 considerações finais, Juliana informou que a Comissão entendeu que a experiência
349 do projeto-piloto foi exitosa. Explicou que o posicionamento da Comissão
350 foi decorrente das avaliações feitas pelas chefias imediatas, responsáveis pelo
351 acompanhamento mensal, que demonstraram que a parcela majoritária,
352 praticamente a totalidade, foi positiva por parte da gestão e chefias e também
353 decorrentes da avaliação demonstrada na pesquisa realizada. Juliana encerrou
354 informando que a Comissão concluiu que a Instituição está apta a ter sua
355 experiência-piloto convertida em programa de gestão. O relatório deve ser
356 encaminhado ao MEC, cabendo ao ministro análise e aprovação da conversão da
357 experiência em programa de gestão definitivo. Desta forma, a competência do
358 Conselho seria avaliar se a experiência foi exitosa para encaminhamento ao MEC ou
359 não. O conselheiro Klaus informou que o GT referente ao trabalho remoto será
360 convocado após a aprovação do MEC. A conselheira Míriam parabenizou a Comissão
361 que esteve a frente do trabalho desenvolvido em relação à experiência-piloto do
362 Trabalho Remoto. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido
363 aprovado por unanimidade. O presidente propôs, devido a pauta extremamente
364 extensa e problemas técnicos no início da reunião, a movimentação dos pontos de
365 pautas de 5 a 12, para a próxima reunião (25/5/2020) definida no início da reunião.
366 Os pontos mencionados referiam-se especificamente à aprovações e alterações de
367 Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs. O conselheiro Clerson solicitou que o ponto
368 fosse deliberado na data, visto que a previsão era chamar a turma no meio do ano e
369 para isto era necessária a aprovação da alteração proposta (de 50 para 35 vagas). O
370 presidente retificou sua proposta de movimentação para os pontos de 5 a 11. Sem
371 manifestações contrárias, procedeu-se com a deliberação do **ponto doze**, a saber:
372 deliberação acerca de alteração do número de vagas do curso Técnico
373 em Edificações, subsequente ao ensino médio, a distância, do *Campus* Gurupi, do
374 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme autos do
375 processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o
376 nº 23338.009062/2020-22. O ponto foi submetido à votação, tendo sido
377 aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto**
378 **treze**, a saber: deliberação acerca da suspensão do Calendário Acadêmico 2020 do
379 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Antonio
380 mencionou que o desafio enfrentado, nunca antes vivenciado, a Pandemia
381 da COVID-19 com proporções catastróficas, exige adoção de medidas também não
382 vivenciadas, como a suspensão das atividades presenciais (administrativas e
383 acadêmicas) na Instituição e a autorização do desenvolvimento de atividades
384 remotas pelo MEC, inclusive acadêmicas. Citou as ações como
385 pesquisas institucionais junto à comunidade, desenvolvidas com o objetivo de
386 avaliar as atividades, e a divulgação dos resultados das pesquisas ao conselheiros
387 para percepção geral da comunidade, munindo-se de informações essenciais para
388 auxílio na tomada de decisão quanto à deliberação. A conselheira Estéfhane

389 questionou como se daria a transição (atividades práticas) caso haja a continuidade
390 do calendário acadêmico por aulas remotas. A Pró-Reitora de Ensino do IFTO, Nayara
391 Dias Pajeú Nascimento, fez um panorama geral das ações desenvolvidas e
392 expectativas. Afirmou que o momento é desafiador para todos (estudantes,
393 servidores e gestores do IFTO), inclusive pedagogicamente. Informou a mobilização
394 para a construção da Portaria nº 337/REI/IFTO, prorrogada pela Portaria nº
395 401/REI/IFTO, com as diretrizes de como as atividades de ensino, pesquisa, extensão
396 e atividades relacionadas aos assuntos estudantis devem ser conduzidas no IFTO
397 durante este período. Falou sobre o estudo em conjunto com as pró-reitorias para
398 avaliação e determinação dos ambientes virtuais utilizados, o porquê de dois e não
399 apenas um ambiente (google classroom e moodle). Quanto à frequência, Nayara
400 informou que a Portaria já se manifestava sobre o aferimento. Sobre o planejamento
401 informou que houve um indicativo da necessidade dos professores replanejarem o
402 plano de ensino e apresentá-lo aos estudantes com todas as alterações previstas.
403 Informou que inicialmente as decisões foram todas baseadas em
404 questões econômico-financeiras, psicológicas e também pedagógicas, ancoradas em
405 orientações de órgãos respeitados e instituições de ensino como a Organização para
406 a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, e Organização das Nações
407 Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e outras. Afirmou que toda
408 decisão na área do ensino que tenha sido tomada pelo IFTO nunca levou única e
409 exclusivamente o cumprimento de carga horária ou de programas de currículo, mas
410 sim as condições dos estudantes. Frisou a preocupação da Instituição com os
411 estudantes que estão com dificuldade de acesso às atividades remotas, afirmou que
412 a situação é objeto de muita preocupação, pois a escola tem que dar a possibilidade
413 de acesso a todos. Nayara disse que o momento tem sido muito desafiador, pois
414 nem todos os problemas foram solucionados, mas que todos eles estão sob o radar
415 da gestão. Afirmou que gestores de ensino (PROAE, PROEX, PROPI e PROEN) estão
416 todos sendo mobilizados para encontrarem alternativas para a dificuldade de
417 acesso, inclusão, aulas práticas e solução de todos os demais problemas
418 apresentados. Frisou que a gestão decidiu não paralisar diante do cenário, apesar
419 dos impasses enfrentados, pois acredita no papel da Instituição que vai além de
420 único e exclusivamente cumprir currículo, horas e calendário (dias letivos). Nayara
421 lembrou que a Instituição tem uma característica muito heterogênea e que em
422 tempos de pandemia tudo é muito mais evidenciado. Informou que algumas
423 unidades têm o percentual muito baixo (em torno de 10% a 15%) de estudantes com
424 dificuldade de acesso às plataformas de ensino EaD, enquanto outras possuem
425 o percentual de dificuldade de acesso muito maior e conseqüentemente com menor
426 engajamento. Afirmou que a propositura das lives estava tendo adesão interessante,
427 e considerou a adesão uma resposta positiva da comunidade, que estaria gostando.
428 Citou as iniciativas nas unidades, recomendadas pela Pró-Reitoria, como a
429 formatação de curso para todos os professores e equipe pedagógica pela Diretoria
430 Educacional, a aquisição de material didático especializado para o momento,
431 inclusive laboratórios digitais em fase de avaliação de aquisição. Quanto ao edital de
432 monitorias, Nayara informou que foi uma propositura de grupo de professores do
433 *Campus* Dianópolis, acatada pela gestão, e que os professores que solicitaram já
434 estavam com os monitores trabalhando (274 vagas). Salientou que todas as
435 situações foram atendidas. Citou também a ação encabeçada pela Pró-Reitoria de
436 Assuntos Estudantis – PROAE e equipe de ensino: o auxílio de inclusão digital.
437 Nayara disse que, durante o período de enfrentamento da pandemia, muitas
438 sugestões foram recebidas e que praticamente a totalidade foi atendida. Citou a

439 provocação do Comitê a pensar em novos cenários a partir da prorrogação do prazo
440 de atividades não presenciais. Antonio resumiu a fala da Pró-Reitora de
441 Ensino Nayara reafirmando que naquele íterim algumas ações foram
442 desempenhadas, parabenizou todos os servidores que se mobilizaram em prol da
443 questão, afirmou que muitas dificuldades ainda precisavam ser superadas, inclusive
444 o nível de qualidade e satisfação desejado pela Instituição. Frisou que era
445 fundamental para avaliação do cenário que os conselheiros vislumbrassem o que
446 ainda estava por vir, quais os impactos de uma suspensão ou manutenção do
447 calendário, as problemáticas a serem superadas a *posteriori*. Quanto ao
448 questionamento da conselheira Estéfane, Antonio citou ações já informadas pela
449 Nayara, que seriam parte das alternativas, como contratação de laboratórios virtuais
450 disponibilizados à comunidade (áreas de Química, Física e Biologia); nos casos em
451 que não seja possível o desenvolvimento da atividade remota, as
452 atividades precisarão ser suspensas, o que abre espaço para que outras
453 componentes curriculares ainda não ofertadas possam ser oferecidas aos
454 estudantes, e com o retorno das atividades presenciais, retornem também as
455 atividades práticas suspensas. Antonio frisou que a heterogeneidade da Instituição é
456 grande, e para o enfrentamento dos desafios é preciso considerar características de
457 cursos, unidades, modalidades e mais uma série de questões a serem observadas
458 nesse íterim. Frisou a importância da consciência dos conselheiros quanto à
459 grandiosidade da temática no processo de análise e tomada de decisão. Pediu que a
460 Pró-Reitora de Ensino focasse no resultado das pesquisas, e percepções relacionadas
461 a elas, a forma de elaboração dos instrumentos e as alternativas em
462 desenvolvimento. A conselheira Estéfane questionou como se daria a manutenção
463 da qualidade de ensino e a uniformidade do aprendizado sem o acompanhamento
464 em turma, e demonstrou sua preocupação com os resultados a longo prazo
465 da manutenção do calendário a distância. O conselheiro Cleber Decarli disse sentir
466 falta de trabalhar em ações de mitigações. Sugeriu à Pró-Reitoria de Ensino desenhar
467 como proceder com os alunos com dificuldade de acesso, como forma de reduzir as
468 angústias, anseios e medos. Quanto às atividades práticas sugeriu traçar estratégias
469 de realização com poucos alunos, levando em consideração os cuidados necessários
470 com a COVID-19, informou também que boa parte das atividades práticas podem ser
471 trabalhadas remotamente. Sugeriu também a programação de cursos de extensão
472 para os conteúdos das disciplinas práticas no período pós-pandemia. Afirmou que a
473 continuidade do calendário é um ponto interessante, desde que se trabalhe uma
474 estratégia para atender aqueles que não foram acolhidos até o momento. O
475 conselheiro Cleber disse que o modelo de ensino remoto adotado pela Instituição
476 não pode ser considerado como EaD. Citou a romantização relacionada ao modelo
477 remoto quando se afirma está ciente das dificuldades e que o cenário é novo e
478 complexo. Afirmou que mesmo com qualquer otimismo os prejuízos aos estudantes
479 em relação aos processos de ensino e aprendizagem estavam claros desde o início.
480 Citou a divergência de opiniões entre os estudantes quanto à suspensão do
481 calendário e disse que aqueles a favor da manutenção não estavam cientes (ou
482 talvez estivessem e fosse proposital) da deficiência no processo de conhecimento
483 que a manutenção traria, precarizando e obstruindo o processo de ensino, e
484 tornando os estudantes reféns e responsáveis pela questão. Por fim informou a
485 decisão do Conselho Estudantil de Bases a favor da suspensão do calendário
486 acadêmico e aulas EaD por tempo indeterminado, por 13 votos favoráveis e 9
487 contrários, e fez a leitura da carta dos estudantes, representados pelo presidente do
488 Diretório Central dos Estudantes - DCE. A conselheira Ruth reiterou as falas que a

489 antecederam, e disse que a nova experiência com o uso intensificado da tecnologia
490 trouxe também muitas incertezas, reforçou o questionamento de quais são as
491 propostas mitigadoras e endossou todos os questionamentos relatados pelo
492 conselheiro Cleber. Solicitou uma síntese explicando como todos os
493 questionamentos feitos estavam ou seriam tratados, para melhor compreensão do
494 que é realmente possível fazer no momento vivenciado. Afirmou que o problema
495 não é só ter internet, mas sim ter internet capaz de sustentar a participação do
496 estudante nas atividades remotas. O conselheiro Stanio disse compreender que
497 todos os esforços realizados por parte da gestão, professores e estudantes são
498 importantes, afinal o objetivo é sempre buscar alternativas diante dos empecilhos
499 que surgem. Disse que a situação é difícil, afinal estamos vivenciando uma crise
500 sanitária com consequências devastadoras. No entanto, disse que em todo processo
501 de organização social há necessidade de análises para o entendimento do alcances
502 dessas ações. Falou que educação é inclusão, e a rede federal de educação é
503 sinônimo de inclusão, e disse que na implantação do trabalho remoto houve acertos
504 e erros (fato), e que no processo de tramitação desta modalidade de ensino
505 a distância era necessário reavaliar a prática. Comungou com a suspensão do
506 período letivo a partir de 30 de maio de 2020, e citou o cenário de impossibilidades
507 e problemas que apareceram durante o estágio, os quais provocam o
508 acompanhamento deficitário na socialização do ensino e aprendizagem. Disse que
509 não é possível avaliar apenas pela questão quantitativa e numérica, pois desta forma
510 estaríamos promovendo uma espécie de educação conteudista, impossível de ser
511 abraçada. Sugeriu que no período da suspensão sejam realizadas capacitações para
512 aperfeiçoamento da técnica do ensino remoto. O conselheiro Josevan expôs sua
513 preocupação como estudante em relação ao ensino EaD. Disse acompanhar diversos
514 relatos e situações de dificuldade de acesso às atividades remotas, mas que o
515 problema não se restringe a apenas isso, mas também à metodologia que tem se
516 apresentado solta e perdida, inclusive os próprios professores estão perdidos quanto
517 às aulas, conteúdos e cronogramas, afirmou Josevan. Informou a utilização de
518 diversas plataformas por professores, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento
519 das atividades remotas. Reconheceu que o modelo EaD é uma tendência, mas que a
520 forma como as atividades remotas têm se dado não é favorável para os estudantes.
521 Disse que as alternativas apresentadas pela Reitoria são paliativas, que o IFTO é uma
522 Instituição inclusiva e que o ensino remoto (atual) é um retrocesso, pois é
523 improdutivo aos estudantes. Afirmou que a missão do IFTO vai muito além do que
524 apenas cumprir calendário estabelecido pelo governo, o qual ele não admira pelos
525 ataques diários à educação, e que era contra a continuidade das aulas remotas. O
526 presidente Antonio fez a leitura das considerações do conselheiro Paulo Tizzoni
527 enviadas pelo chat, que se manifestou a favor da manutenção do calendário.
528 Antonio pediu ao presidente do DCE, Caio, que não fizesse discussão no chat, que se
529 manifestasse no momento em que fosse concedida a sua fala na reunião. O
530 conselheiro Josuan também reconheceu que a situação é emergencial e que exige
531 algumas atitudes e pró-atividades da gestão. Parabenizou a gestão por tentar
532 manter o curso das coisas e manter a missão institucional que é prestar serviço de
533 ensino de qualidade, contudo analisou a situação lembrando que o ensino EaD,
534 apesar de autorizado pelo MEC, precisa ser dialogado também pelos estudantes,
535 professores e demais, e como medida precoce disse que o Conselho deveria ter sido
536 convocado para este debate anteriormente, no sentido de não se esvaziar a
537 competência, e tornar a decisão mais pró-ativa e legítima. Encerrou sua fala pedindo
538 que fosse analisada de forma bastante delicada e com o carinho devido a demanda

539 dos alunos com relação a possibilidade da suspensão do calendário. Questionou os
540 acessos a processos de vestibulares da Instituição. O conselheiro Clerson
541 parabenizou a postura dos discentes no processo do ensino EaD. Afirmou que a
542 qualidade do ensino é preocupação de todos, tanto dos que apoiam a suspensão
543 como daqueles que são a favor da manutenção do calendário, e que a situação
544 vivenciada é totalmente inesperada, imediata e urgente e inevitavelmente traz
545 prejuízos para a sociedade como um todo, inclusive para a Instituição e que isso
546 precisa ser levado em consideração. Sendo assim, a solução é tentar mitigar os
547 prejuízos, e que para isso é necessário levar as especificidades em conta, com
548 decisões descentralizadas (por *campus* e cursos). Finalizou afirmando que ensino
549 a distância não é ensino presencial, e nunca vai ser, pois não traz a inter-relação
550 entre as pessoas. Afirmou não ser a favor do ensino a distância, mas sim a favor da
551 conclusão do semestre na modalidade EaD de forma descentralizada possível, por
552 questão de exceção e existência de prejuízos caso o calendário seja suspenso. Para
553 Clerson a manutenção das aulas na modalidade EaD é menos prejudicial do que a
554 suspensão do calendário. O conselheiro Luis Felipe disse que, apesar dos esforços da
555 gestão, não é possível mitigar os problemas surgidos e atingir todos os estudantes.
556 Informou que de onze, dez representantes discentes do nível médio são favoráveis à
557 manutenção da modalidade EaD, e ressaltou a preocupação dos estudantes com os
558 impactos acarretados com a suspensão do calendário. Além das pesquisas dos
559 grêmios, Luis frisou a necessidade de levar em consideração as pesquisas
560 institucionais em que boa parte dos cursos defendem a continuidade do calendário
561 por pelo menos até o final do semestre. Questionou a possibilidade de suspensão
562 das disciplinas relacionadas aos cursos técnicos para reposição futura. Posicionou-se
563 favorável a sugestão do conselheiro Clerson quanto à descentralização dos
564 calendários, justificando que desta forma os *campi* têm a possibilidade
565 de mapear suas situações e tomarem suas decisões. Afirmou que não era correto
566 suspender o calendário na véspera de encerramento do semestre. O presidente do
567 DCE, Caio, disse não estar a frente do DCE como representante da maioria, mas sim
568 de todos os estudantes do ensino superior do IFTO. Afirmou não ser possível
569 terminar o semestre no formato EaD atual, e conseqüentemente impossível iniciar
570 um novo semestre com pendências do anterior. Disse que a perspectiva da volta às
571 aulas presenciais é inconsistente e que o calendário acadêmico deve ser retomado, e
572 que a justificativa do término do período não é plausível. Falou que o papel do IFTO
573 não é apenas ofertar ensino, mas sim educação de qualidade e que garanta
574 condições iguais de acesso e permanência, mantido então esse padrão de qualidade.
575 Questionou a promoção da igualdade de condições de acesso e permanência
576 estabelecidos pela Constituição Federal. Destacou a proposta do DCE, e, como o
577 modelo atual não teve êxito e não atendeu às demandas estudantis de forma
578 significativa, defendeu a suspensão do calendário letivo até o retorno das
579 aulas presenciais e, durante a suspensão proposta, que a Instituição ofereça
580 cursos, palestras e capacitações de forma online, buscando estruturar e aprimorar o
581 sistema EaD ofertado. O conselheiro Jefferson se manifestou justificando que, para a
582 situação de anormalidade vivenciada não existe receita básica, tudo é questão de
583 tentativas, acertos e erros, e exigência de posicionamentos indispensáveis para a
584 segurança coletiva. Concomitante aos cuidados de isolamento e saúde,
585 Jefferson afirmou que a oferta de uma educação pública e de qualidade para todos
586 não pode ser negligenciada, nem ser um fator deixado em segundo plano. Discursou
587 sobre o processo de não exclusão e garantia de uma educação de qualidade
588 realmente para todos, missão do IFTO. Questionou a não disponibilização de

589 documentos essenciais para análise e a tomada da decisão quanto à deliberação,
590 afirmando que isso abre precedente de insegurança jurídica, uma vez que a lei
591 garante que o acesso à educação é para todos; o estudante negligenciado e deixado
592 à margem do processo de inclusão, ao recorrer ao Ministério Público Federal - MPF,
593 garantirá seu direito ao acesso à educação. Ressaltou o envio do pedido pelos quatro
594 representantes discentes do Conselho à Reitoria para reunião extraordinária, pedido
595 este não atendido. Frisou que a solicitação foi uma tentativa de diálogo, mas que a
596 negativa alegava não ser competência do Conselho deliberar sobre o calendário
597 acadêmico. Concluiu afirmando que, com a suspensão do calendário, não se
598 objetiva a ociosidade dos estudantes, mas sim criar oportunidade aos estudantes de
599 novos acessos. O conselheiro Thiago disse que seu sentimento era de completa
600 ofensa, assim como de outros colegas do IFTO, ao escutar que suas aulas não teriam
601 qualidade, ou estariam sendo empurradas com a barriga. Afirmou ter certeza de que
602 os colegas que ficavam a madrugada, lendo, procurando, estudando, adaptando-se
603 às novas formas de passar os conteúdos das aulas não compartilham da afirmação
604 de que as aulas são de péssima qualidade. Disse que estão generalizando, e
605 destacou que os professores estão se esforçando, procurando novas formas de não
606 deixarem os alunos desamparados. Afirmou ser muito triste escutar que estão
607 levando com a barriga, afinal se trata do trabalho dos professores, o que é muito
608 sério. Ressaltou a adaptação dos professores diante da situação inusitada, salientado
609 que os prejuízos existiam, mas que os alunos também precisavam se adaptar e
610 reconhecer os esforços dos professores. Afirmou que os alunos sem acesso não
611 seriam desamparados, que é de comum acordo entre os professores darem auxílio
612 a esses alunos. Citou o ensino a distância do *Campus Araguatins* como exemplo de
613 bom funcionamento. Disse que a dificuldade dos alunos na adaptação é também
614 compartilhada pelos professores. Em nome desses professores que estão se
615 dedicando e adaptando-se para oferecer o melhor no momento, Thiago pediu que o
616 calendário letivo fosse mantido. Questionou a tão citada inclusão nos discursos
617 anteriores, que por não ser total exclui todos os outros. Disse que a interrupção do
618 calendário traria grandes perdas aos estudantes, que aqueles que não estão
619 acessando não era por falta de esforços da gestão ou professores, e que para as
620 pendências era possível construir formas para saná-las. Defendeu a autonomia de
621 cada *campus* para definir sobre a manutenção ou suspensão dos seus calendários,
622 pois a centralização da decisão complica todo o processo. Elogiou o material digital
623 fornecido pela gestão, e disse que o feedback quanto à modalidade EaD era muito
624 positivo. A conselheira Érika disse que a generalização mencionada por Thiago não
625 desrespeita os professores, e que os estudantes reconheciam os esforços e
626 dedicação dos professores. E afirmou que os esforços não eram suficientes para
627 diminuir o coeficiente da curva da desigualdade social e questionou a qualidade do
628 ensino. O conselheiro Klaus observou que as colocações demonstraram uma
629 situação bastante conflituosa. Mencionou que, na portaria de autorização do ensino
630 remoto pelo MEC, foi definido que seria responsabilidade das instituições as
631 definições das disciplinas que poderiam ser substituídas, a disponibilização de
632 ferramentas aos alunos para acompanhamento dos conteúdos ofertados, bem como
633 a disponibilização de avaliações, o que não permite um modelo remoto ou em EaD
634 excludente. Klaus disse que a Portaria nº 337/REI/IFTO, de 18 de março, com as
635 diretrizes para o ensino remoto no IFTO não foi dialogada com a comunidade. Por se
636 tratar de uma política pública implementada, Klaus disse que não poderia ter sido
637 feita de cima para baixo sem discussão com a comunidade garantindo sua eficiência,
638 tendo sido este modelo imposto a comunidade acadêmica. O desenho da política


639 pública claramente não levou em consideração a capacidade dos estudantes de
640 acompanhar remotamente as atividades, nem a qualificação pedagógica dos
641 professores para este tipo de atividades, assim como também não considerou a
642 ausência de ambientes adequados para o desenvolvimento das atividades pelos
643 professores, e demais fatores de impactos. Klaus citou diversas ações realizadas com
644 o objetivo de sanar e/ou diminuir os impasses ocorridos no período, disse que é
645 evidente que a máquina administrativa está fazendo de tudo para caminhar na
646 estrada esburacada imposta a ela, e que impede o percurso e o alcance de objetivos
647 minimamente aceitáveis. Questionou como deliberar sobre a matéria sem um
648 processo em que conste o diagnóstico e oriente os conselheiros na deliberação.
649 Solicitou a lista dos estudantes que não conseguiram acesso às aulas em EaD e a
650 razão desta impossibilidade; as especificações das datas de entrega dos
651 computadores, celulares e similares fornecidos aos estudantes, o contexto e
652 avaliação para o fornecimento destes; a lista de estudantes que receberam o auxílio
653 emergencial para o custeio de plano de internet; lista de professores que possuem
654 qualificação pedagógica para trabalhar na modalidade EaD; lista de professores que
655 possuem em suas residências ambientes e recursos para produção de conteúdos em
656 EaD. Klaus alegou que a deliberação discutida era frontalmente prejudicada
657 pela falta de elementos; disse que gestão pública requer racionalidade, relatórios,
658 informações. O conselheiro Pietro disse que a gestão sempre buscou alcançar a
659 todos no momento adverso atual, buscando o melhor. Quanto aos percentuais de
660 alunos não atingidos, Pietro ao contrário do que muitos pensam afirmou que estes
661 não ficarão marginalizados; disse que a gestão, como Instituição, assegurará o
662 conhecimento e a aquisição do conteúdo. Pietro afirmou que a conclusão do
663 semestre letivo é possível, pois a Instituição tem buscado formas que possibilitem o
664 acesso amplo a todos os alunos, e o entendimento e a metodologia mais adequada
665 para prosseguir com o trabalho, visto que em todas as esferas, com exceção do curso
666 FIC, a maioria é a favor da continuidade das aulas. Disse que é necessário entender a
667 Instituição em meio a uma divisão de disputa entre certo e errado, e que o mais
668 coerente no momento seria unir forças para superar o momento e seguir adiante.
669 Concordou que a forma mais assertiva de deliberar sobre o assunto é a
670 descentralização, permitindo que cada *campus* exerça sua autonomia para a
671 suspensão ou não do seu calendário. Propôs o entendimento da autonomia dos
672 *campi* para continuação da deliberação. O conselheiro Cristiano parabenizou a todos
673 os servidores do IFTO que têm feito um esforço heroico, reinventando-se para
674 enfrentar o momento. Disse ter percebido durante o decorrer da reunião uma
675 realidade nunca antes observada dentro da Instituição, realidades tão diferentes por
676 *campus* que causam até desconfiança na metodologia que levantou essas realidades
677 que divergem das apresentadas nas pesquisas institucionais. Quanto a qualidade do
678 ensino questionada por vários conselheiros em seus discursos, Cristiano informou
679 que o feedback dos alunos e professores do *Campus Araguaína* era positivo, apesar
680 de não ser unanimidade. Afirmou que a questão não é EaD contra o ensino
681 presencial e que não houve nenhuma proposição durante toda a discussão na
682 reunião para suprir a demanda das aulas práticas. Disse ser desproporcional naquele
683 momento afirmar que o ensino EaD oferecido é ruim, apesar de não ter ferramentas
684 no momento para mensurar. Partindo do princípio das diferentes realidades dos
685 *campi* apresentadas, Cristiano disse que a proposição da pauta de suspensão ou não
686 do calendário era desproporcional, e que assim como outros conselheiros (Clerson,
687 Pietro, Paulo) também acreditava ser oportuno deixar a decisão sob a
688 responsabilidade de cada *campus*. Justificou sua posição dizendo que o *Campus*

689 Araguaína seria muito prejudicado com a suspensão do calendário acadêmico por
690 conta de uma realidade totalmente diferente das demais apresentadas. Endossou
691 a proposta da descentralização do poder de decisão por *campus*, já que não existe
692 verdade absoluta. O conselheiro Bruno questionou a qualificação dos professores
693 para trabalharem na modalidade EaD, e como o primeiro semestre de 2020 seria
694 finalizado. Disse ser necessária a procura pelo meio termo e que a descentralização
695 por *campus* seria uma alternativa. Sugeriu a não obrigatoriedade para entrega das
696 atividades e frequência, a fim de atender a todos, tanto alunos com acesso como
697 aqueles sem, sendo assim seria a favor da continuidade do calendário. Quanto à
698 sugestão do conselheiro Cleber Decarli - disponibilização e utilização de espaços
699 institucionais, Antonio disse que, sob aspectos extraordinários, prévio agendamento,
700 redução de turmas, acompanhamento do professor e da gestão do *campus*
701 assegurando a higiene e o não contágio, a sugestão era pertinente, contudo,
702 informou que esta já estava assegurada aos estudantes desde a publicação da
703 primeira Portaria relacionada ao ensino remoto estabelecido em tempos de
704 pandemia, e que algumas unidades já estavam praticando-a. Aproveitou para
705 informar que a percepção sobre as atividades remotas executadas são muito
706 distintas entre as unidades por conta também das especificidades de cada uma e
707 dos cursos. Além disso, frisou que a normativa inicial já estabelecia que caberia aos
708 colegiados e às gestões de ensino local avaliarem quais disciplinas e conteúdos
709 seriam possíveis na plataforma remota. Ressaltou a importância de maior diálogo
710 sobre essas alternativas e que não cabe a esses aspectos autorização adicional, visto
711 que já estavam contemplados na normativa original. Quanto à exclusão dos
712 estudantes sem acesso às atividades remotas desenvolvidas, Antonio disse que não
713 é fato e que esses estudantes estavam recebendo tratamento diferenciado, não por
714 imposição da Instituição, mas sim pelas condições do momento pandêmico e que
715 não estão excluídos do processo de ensino-aprendizagem, e que o material
716 disponível na plataforma continuará disponível até o retorno desses estudantes à
717 condição de conectividade. Antonio disse que não iniciará um novo semestre com
718 atividades paralelas do anterior, e garantiu condições de recuperação e absorção do
719 conhecimento. Frisou a dificuldade de elaboração de um cronograma ou
720 plano finalizado para todos esses fatos com o problema em aberto, pois não há
721 previsão para o retorno das atividades presenciais. Informou que no retorno será
722 estabelecida e priorizada a recuperação de todos os estudantes com dificuldade de
723 acesso às atividades remotas. Quanto ao questionamento da falta de documentos
724 encaminhados aos conselheiros, Antonio lembrou o encaminhamento aos
725 conselheiros no dia anterior da versão prévia do resultado da pesquisa realizada pela
726 Pró-Reitoria de Ensino em que há posicionamento pela continuidade das atividades
727 remotas, considerando a maioria dos participantes. Frisou a importância da
728 avaliação dos conselheiros quanto à percepção dos respondentes em relação à
729 vivência no ambiente das atividades remotas. Disse que as diferentes experiências
730 apresentadas estão relacionadas às particularidades de cada *campus*. Frisou a
731 importância de não ceder ao problema, evitando, assim, portar-se de forma passiva
732 ante os desafios. Citou o esforço grande de todos em busca de adaptação e inovação
733 no processo. Ressaltou a desmotivação e o desgaste causados pelo momento
734 vivenciado que se refletem na área do ensino, e a necessidade de não generalizar a
735 percepção em relação às atividades remotas. Ressalvou que, nas duas pesquisas
736 institucionais, a maioria da comunidade, em todos os seus seguimentos, aponta pela
737 continuidade das atividades remotas, o que não significa que os problemas têm sido
738 desconsiderados ou que a busca por melhorias não tem sido intensa e ativa, mas sim

739 que se entende que neste contexto, por maiores que sejam as dificuldades, o
740 melhor caminho é dar sequência no modelo atual e unir esforços para a melhoria
741 contínua do processo. Antonio disse que simplesmente criticar as decisões tomadas
742 em um cenário totalmente novo é muito fácil, mas que, diante do desafio, ter
743 coragem de se posicionar e direcionar a forma de enfrentamento, assim como de
744 conduzir a Instituição, deveria ser algo reconhecido e elogiado por todos. Aproveitou
745 para parabenizar toda equipe gestora do IFTO, servidores e estudantes por terem
746 abraçado o desafio, o que não significa que não se tenha muito a melhorar e que as
747 ofertas sejam satisfatórias do ponto de vista de qualidade, mas sim identifica muito
748 espaço para melhoria, e, nesta perspectiva, Antonio disse esperar a credibilidade
749 de toda a comunidade através dos votos dos conselheiros para continuidade às
750 ações. Antonio colocou a proposição feita pelos conselheiros em votação, a saber:
751 deliberação acerca da autonomia de cada Unidade para que decida pela suspensão
752 ou não do calendário acadêmico. Ruth afirmou existir uniformidade nas dificuldades
753 dentro do Estado. Quanto a descentralização proposta, disse que é necessário muita
754 parcimônia e resiliência e compreender que o IFTO é uma Instituição única e que, se
755 o Conselho não era capaz de ouvir as diferenças existentes e com estas tornar-se
756 uma unidade, não teria sentido o trabalho do Conselho. Antonio reiterou sua
757 concordância com o pensamento da conselheira Ruth, no entanto, explicou que não
758 poderia desconsiderar a proposta apresentada pelos conselheiros. O conselheiro
759 Klaus apresentou uma questão de ordem questionando a votação proposta que não
760 estava em pauta, e filiou-se ao entendimento colocado por Ruth. Para Klaus, se não
761 estava na ordem do dia tratar desta questão, haveria primeiramente a necessidade
762 de uma votação para a inclusão do ponto na ordem do dia, conforme consta no
763 regulamento; tal votação se constituiria basicamente numa manifestação por
764 escrito, autuada pela Secretaria do Consup. Solicitou a realização de uma discussão
765 melhor no futuro mediante parecer da Procuradoria com base nos
766 pontos documentados sobre a exclusão de estudantes do processo de ensino-
767 aprendizagem atual do IFTO. O conselheiro Pietro, partindo da premissa apresentada
768 por Klaus, questionou a divergência do ponto de pauta que trata da suspensão do
769 calendário do IFTO, sendo que cada unidade possui seu calendário e suas
770 particularidades, ou seja, o calendário não é unificado. O conselheiro
771 Josuan, considerando a possibilidade do pedido de vista, sugeriu, antes da votação
772 sobre desnivelamento de decisão do calendário, pedir vista do processo e solicitar
773 parecer técnico da Pró-Reitoria de Ensino (instância administrativa mais adequada
774 para apresentar os dados), de modo a ter embasamento mais concreto para a
775 reunião extraordinária definida para a próxima semana. Stânio se posicionou
776 favorável à proposição do conselheiro Josuan. Klaus questionou a deliberação dos
777 calendários sem os dados técnicos, concordando com o pedido de vista para
778 apresentação de diagnóstico que sintetize os calendários de todas as unidades com
779 parâmetro mínimo ao apresentado pelo *Campus* Palmas, e parabenizou Josuan pela
780 brilhante explanação da questão. O ponto foi submetido à votação, tendo sido
781 aprovado por unanimidade. Antonio disse que a proposta de suspensão do ponto de
782 pauta do conselheiro Josuan não traria prejuízos à deliberação. Não havendo
783 posições contrárias à proposta, o presidente deu como acatada a suspensão do
784 ponto de pauta. A data definida da reunião extraordinária para tratar de todos
785 os pontos de pauta suspensos e a discussão acerca dos contratos dos professores
786 substitutos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins foi
787 agendada para 25 de maio de 2020. Não havendo mais nada a tratar, o
788 presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, e eu, Rosseane

789 Elysa Ferreira, secretária do Conselho Superior, lavrei a presente, que, depois de lida
790 e aprova, vai assinada por mim, pelo presidente do Conselho, e pelos membros
791 deste Conselho que compareceram à reunião.

792

793  Documento assinado eletronicamente por **Miquéias Alves da Rocha César,**
794 **Conselheiro,** em 20/08/2020, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília,
795 com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Cruz Leite, Conselheiro,** em 20/08/2020, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Barbosa da Costa, Conselheiro,** em 20/08/2020, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Dias Pajeu Nascimento, Conselheira,** em 20/08/2020, às 20:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Ramos Vieira, Conselheiro,** em 21/08/2020, às 06:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Josevan Barbosa de Souza, Conselheiro,** em 25/08/2020, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Erika Jardim da Fonseca, Conselheira,** em 25/08/2020, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Clerson Dalvani Reis, Conselheiro,** em 25/08/2020, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Josuan de Carvalho da Cunha, Conselheiro,** em 26/08/2020, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Stanio de Sousa Vieira, Conselheiro,** em 27/08/2020, às 00:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Klaus Rene Trein, Conselheiro,** em 27/08/2020, às 01:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Benemara Pereira da Silva Peluzio, Conselheira**, em 31/08/2020, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Júnior, Presidente**, em 14/10/2020, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Assis Feitoza Amaral, Conselheiro**, em 13/11/2020, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pietro Lopes Rego, Conselheiro**, em 27/01/2021, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleber Decarli de Assis, Conselheiro**, em 28/01/2021, às 08:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Rebeca Pereira Oliveira, Conselheira**, em 31/01/2021, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Fernandes Mateus, Conselheiro**, em 01/02/2021, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dirce Betânia de Oliveira Faustino, Conselheira**, em 02/02/2021, às 07:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Soares de Sousa, Conselheiro**, em 08/02/2021, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel da Silva Bronze, Conselheiro**, em 18/05/2021, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ruth Caetano Cardoso, Conselheira**, em 21/05/2021, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Loiola Araujo e Silva, Conselheiro**, em 21/05/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEIBER OLIVEIRA PEREIRA, Conselheiro**, em 22/05/2021, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, Secretária**, em 19/05/2023, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1015343** e o código CRC **405F449D**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020- 450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.009539/2020-28

SEI nº 1015343